

## O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA

**Gabriel Victor Vasconcelos Frota de Almeida<sup>1</sup>, Ashiley Beatriz Venuto da Silva<sup>2</sup>,  
Antonio Renan Santana<sup>3</sup>, Anne Graça de Sousa Andrade<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal do Ceará - UFC, (gabriel\_psi\_@hotmail.com)

<sup>2</sup> Faculdade Luciano Feijão - FLF, (beatrizvenuto20@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Ceará – UFC, (antoniorenan@outlook.com)

<sup>4</sup> Faculdade Luciano Feijão – FLF (annegsa@hotmail.com)

### Resumo

O CRAS é um dispositivo de acolhimento que visa cuidar das vulnerabilidades sociais, sendo uma porta de entrada do SUAS nos territórios. A atuação da Psicologia, com sua bagagem teórica e praxis profissional, pode, de forma interprofissional, promover maior mudança na qualidade de vida dessas pessoas. Com isso, tem-se como objetivo neste trabalho demonstrar como é a atuação e como são ofertados os serviços socioassistenciais no CRAS. Para isto, teve como método uma revisão de literatura do tipo narrativa. Vemos que o território e sua articulação com os moradores e a praxis profissional é crucial para o desenvolvimento das ações nas comunidades, onde as medidas para o local devem ser discutidas com os moradores, visando o protagonismo na mudança social a partir de uma escuta da totalidade dos problemas. Porém, há desafios nesta prática psicológica, como a dificuldade de equipamentos e a baixa remuneração salarial. Concluimos que o papel da psicologia é marcante dentro do dispositivo, podendo contribuir para a mudança qualitativa na vida dos sujeitos a partir do seu próprio protagonismo e de uma prática interprofissional.

**Palavras-chave:** CRAS; Psicologia; Atuação.

**Área Temática:** Inovações e Tecnologias na Psicologia e Psicoterapia

**Modalidade:** Resumo expandido

### 1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) somente foi possível graças a uma grande luta da sociedade civil e dos profissionais de saúde através da reforma sanitária. Este sistema organiza-se em rede e contém maior grau de articulação entre os serviços e os dispositivos, fornecendo uma atenção integrada aos usuários. Dentro dessa rede está o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que com sua atuação nas vulnerabilidades sociais, lida com populações que sofreram ou podem ser acometidas por violações dos direitos humanos (SCOTT et al., 2019).

Para além da assistência social, o SUAS envolve, também, questões de saúde física e mental dos usuários, sendo de fundamental importância sua articulação com o SUS e seus dispositivos. Tais serviços da rede socioassistencial buscam ter um olhar direcionado para a subjetividade, a identidade e a personalidade dos sujeitos em meio às relações comunitárias. Esse já é um primeiro passo para fortalecer as relações, os vínculos afetivos e inovar as técnicas de promoção de vida nos territórios (SCOTT et al., 2019).

Nessa perspectiva, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) é um dispositivo descentralizado responsável por operacionalizar e ofertar serviços socioassistenciais pautados no SUAS e no combate às vulnerabilidades sociais (SCHIBULSKI et al., 2017). A proteção social básica é o foco desse dispositivo, que conta com uma equipe multidisciplinar para prestar assistência às famílias que são atendidas (SCOTT et al., 2019).

Desse modo, o profissional de Psicologia está inserido na equipe multidisciplinar de referência que compõe o CRAS, sendo a sua atuação pautada no desenvolvimento de ações que visam atender às necessidades dos usuários, acolher suas demandas, bem como desenvolver as relações familiares e comunitárias (SCOTT et al., 2019).

A partir do exposto, esse trabalho objetiva relatar como são ofertados os serviços socioassistenciais no CRAS, ressaltando os desafios e dificuldades que são enfrentados diariamente na prevenção e promoção de vida, os objetivos do dispositivo, as atividades que são desenvolvidas, o público beneficiado, bem como o papel desempenhado pelos profissionais de Psicologia que compõem a equipe de referência.

## 2 MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa. Para a pesquisa dos textos foi utilizada a plataforma virtual Google Scholar, com os descritores: Atuação; Psicólogo; CRAS. Além disso, utilizou-se cartilhas referentes à temática, com orientações técnicas para atuação do (a) psicólogo.

Dentre os critérios de inclusão, foram escolhidas produções do Brasil, em português, que continham pelo menos um descritor relacionado ao foco estudado. Já os critérios de exclusão foram produções em inglês e espanhol, demais produções que não fossem artigos, como: resumos, trabalhos publicados em eventos, trabalhos de conclusão de curso e livros, além de escritos e que não contemplassem o foco estudado e seus descritores. Foram selecionados textos que tivessem sido publicados entre 2017 e 2021.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) é uma unidade de referência da rede socioassistencial de proteção básica e localiza-se em áreas de maior vulnerabilidade. Este dispositivo é uma porta de entrada para a assistência social nos territórios de forma descentralizada e intersetorial, à luz de uma clínica ampliada (MDS, 2009). Esta articulação com o território é um fator primordial de sua atuação, tanto pela criação dos vínculos com as famílias quanto pela compreensão da totalidade dos problemas encontrados. Desse modo, tal dispositivo “não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas” (ALBAGLI, 2004, P.37). Assim, questões subjetivas dos moradores entram na sua relação com os outros e com o próprio local, sofrendo e induzindo mudanças nessas relações de forma histórica e dialética.

Na articulação com o território, entrelaça-se a própria finalidade do dispositivo, a saber: a prevenção e promoção de saúde e o fortalecimento dos vínculos da família e da comunidade, algo que somente pode ser desenvolvido se for levado em conta a realidade material, histórica e subjetiva das relações sociais que ocorrem dentro do território. Desse modo, ocorre a possibilidade e o desenvolvimento das potencialidades territoriais, o acolhimento de pessoas que estão em situações de risco e a ampliação do acesso aos direitos de cidadania (MDS, 2009).

Deve-se mencionar que o CRAS é um serviço em que a equipe busca evitar que ocorra a violação de direitos. Caso não seja cumprido suas orientações, o usuário será encaminhado para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde irá buscar resolver a situação e fortalecer os vínculos comunitários. Se novamente forem descumpridas as medidas e os direitos civis negligenciados, o usuário será encaminhado para um abrigo ou para ficar com outra pessoa da família por ordem da justiça (PNAS, 2004).

Cabe mencionar que a inserção psicológica neste dispositivo é algo recente, permeando uma prática que pode ter diversos desafios. Afonso et al. (2012) apontam que os profissionais de psicologia “devem contribuir para criar condições sociais para o exercício da cidadania (promoção dos direitos socioassistenciais)” (ibid. p.197), além de “favorecer as condições subjetivas para o seu exercício (circular informação, fortalecer participação, desenvolver potencialidades, facilitar processos decisórios, dentre outros)” (ibid.), ajudando no desenvolvimento do próprio território. Estas ações são determinantes para a saúde mental dos moradores. Com isso, a prática deste profissional no CRAS pode beneficiar outros dispositivos da área da saúde e da assistência social.

Ademais, interligando-se com a relação sujeito-território, cabe mencionar que “as atividades desenvolvidas pelo psicólogo devem ter compromisso com a diminuição do sofrimento do grupo social”, algo que não pode deixar de ser compreendido sem a análise da totalidade do local ao qual está ocorrendo a intervenção, ressaltando-se que “para isto torna-se importante o conhecimento das peculiaridades das comunidades, permitindo alcançar o entendimento de suas carências e condições sociais, históricas, culturais e políticas (SCHIBULSK et al. 2017, p.100). Qualquer melhoria para a comunidade deve ser feita com a participação dos seus moradores, afinal, eles que convivem naquele local e devem ser atuantes no processo de acompanhamento e planejamento das intervenções, contribuindo para o exercício da autonomia e do papel de cidadão. O profissional no CRAS, portanto, tem um papel político, tendo em vista que no dispositivo “são desenvolvidas atividades visando dar alívio e promover a ruptura com o ciclo intergeracional da pobreza, proporcionando autonomia e desenvolvimento às famílias” (SCHIBULSK et al. 2017, p.104). Essa perspectiva vai de encontro com as próprias recomendações do Conselho da Profissão, uma vez que as práticas

“devem estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas” (CREPO, 2007 p. 23).

Ainda na pesquisa de Schibulsk et al (2017), os autores descrevem o papel dos psicólogos neste dispositivo, que “consiste em realizar atendimento psicossocial, participar do programa de atenção integral às famílias PAIF, realizar escuta qualificada, aconselhamento, atividades de grupo, oficinas, fortalecer vínculos e realizar encaminhamentos para a rede. (SCHIBULSK et al. 2017, p.104).

Vale ressaltar que, no CRAS, as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar as famílias e as comunidades assistidas. É preciso compreender as particularidades e a totalidade, para que haja uma intervenção voltada à humanização, à reinserção social, à transformação do meio onde vive e à construção de novos significados. Todavia, sua atuação também visa, além do protagonismo da profissão, uma intervenção pautada com ênfase em romper com alguns preconceitos, superação de contradições, desigualdades, violências e vulnerabilidades, ajudando na construção de autonomia e promovendo diálogos que explorem o campo simbólico e afetivo dos sujeitos (PNAS, 2004).

Por isso, o psicólogo deve, junto com a ajuda da equipe multiprofissional, procurar reduzir as barreiras entre o sujeito, a família, a comunidade e o território. O objetivo é conseguir estabelecer novas conexões e laços afetivos, partindo do pressuposto de que a tragicidade, o

sofrimento, a vulnerabilidade e as situações de risco irão ajudar a compreender quem é o sujeito e a situação a qual estava vivenciando. Além disso, nesse processo ocorre a possibilidade de o sujeito parar para pensar, ouvir a si mesmo e buscar a solução para esta situação.

Nessa perspectiva, fica evidenciado que a prática profissional demanda a solução de desafios. Segundo a pesquisa de Scott et al (2019), os entrevistados responderam que “as dificuldades no dia a dia do trabalho envolviam uma formação com pouco investimento no campo das políticas públicas, alta rotatividade dos profissionais, precária estrutura física dos CRAS, escassez de recursos materiais e pessoais e de baixo investimento do poder público no campo da assistência social. (ibid. p.133). Isso influencia, de forma direta ou indireta, na prática profissional, pois os psicólogos necessitam, para a sua atuação, tanto de um suporte teórico, que pode ser visto na Universidade ou por cursos além dela, e de um espaço, não necessariamente físico, mas que seja apropriado para a sua prática. Isso permitiria um melhor desenvolvimento do trabalho e uma maior criação de vínculos com os moradores.

#### 4 CONCLUSÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi fruto de grande mobilização de alguns setores da sociedade civil e dos profissionais de saúde, que estabeleceram a reforma sanitária. A partir do seu funcionamento em rede, o SUS conta com serviços e dispositivos que visam prover o suporte necessário em saúde física e mental. Dentre estes dispositivos, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atua no enfrentamento às vulnerabilidades sociais. É a partir do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) que o SUAS operacionaliza suas ações.

O CRAS atua de forma descentralizada e funciona como porta de entrada para as demandas de proteção social básica. A partir de programas e projetos socioassistenciais, o CRAS desenvolve suas ações no combate às vulnerabilidades.

Nesse dispositivo, há a atuação de equipes multiprofissionais, que prestam assistências às famílias atendidas pelo serviço. O profissional de Psicologia compõe essas equipes e presta suporte aos usuários de forma a acolher demandas, resolver problemáticas e desenvolver junto às famílias e comunidades.

Desse modo, é importante conhecer os serviços ofertados pelo CRAS e o papel da atuação da equipe multiprofissional, para criar estratégias cada vez mais eficazes no combate às vulnerabilidades sociais.

## 5 REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. M., VIEIRA-SILVA, M., ABADE, F. L., ABRANTES, T. M., & FADUL, F. M. **A psicologia no Sistema Único de Assistência Social.** Pesquisa e práticas psicossociais, 7(2), 189-200, 2012.

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade, In: LAGES, V., BRAGA, C. & MORELLI, G. **Territórios em movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva,** Rio de Janeiro: Relume Deumará / Brasília –DF: SEBRAE, 2004

Conselho Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS.** Brasília, DF, 2007. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-do-a-psicologo-a-no-cras-suas/>. Acesso em: 04 jun. 2021

BRASÍLIA. **Política Nacional de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.** Brasília, 2009.

SCOTT, Juliano Beck et al. Desafios da atuação do psicólogo em centros de referência da assistência social (Cras). **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia,** v. 12, n. 1, p. 125-141, 2019.

SCHIBULSKI, Cláudia Benites et al. Atuação do psicólogo frente às demandas em unidades dos CRAS. **Psicol. argum,** p. 98-113, 2017